



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

<b>Processo TC</b>	6180/989/16
<b>Poder</b>	LEGISLATIVO
<b>Município</b>	Assis
<b>Entidade</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS
<b>Período</b>	12/2017
<b>Relator</b>	Dr. Dimas Eduardo Ramalho
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-04 UNIDADE REGIONAL DE MARÍLIA
<b>Responsável</b>	Valmir Dionizio
<b>Cargo</b>	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
<b>CPF</b>	051.056.568-90
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS	R\$ 0.00	R\$ 4.050,00

**Movimentação no Exercício**

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS	R\$ 475.269,72	R\$ 4.050,00	R\$ 0.00

**Posição atual**

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS	R\$ 0.00	R\$ 475.269,72	R\$ 2.025,00

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

**2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal**

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 4.210.760,25	R\$ 267.324.466,77	1,5751%	6,0000%
4/2017	R\$ 4.429.220,38	R\$ 258.497.034,89	1,7135%	6,0000%
8/2017	R\$ 4.758.858,13	R\$ 266.430.166,62	1,7862%	6,0000%
12/2017	R\$ 5.136.631,83	R\$ 276.189.195,58	1,8598%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

**2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)**

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 4.646.388,44	R\$ 264.653.999,97	1,7556%	1,7556%

7/2017	R\$ 4.696.153,37	R\$ 264.570.264,13	1,7750%	1,7556%
8/2017	R\$ 4.758.858,13	R\$ 266.430.166,62	1,7862%	1,7556%
9/2017	R\$ 4.834.410,97	R\$ 271.278.048,81	1,7821%	1,7556%
10/2017	R\$ 4.941.712,29	R\$ 277.107.693,25	1,7833%	1,7556%
11/2017	R\$ 5.018.303,60	R\$ 277.026.503,51	1,8115%	1,7556%
12/2017	R\$ 5.136.631,83	R\$ 276.189.195,58	1,8598%	1,7556%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,8598%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

## 2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 1.044.046,39
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 4.736,22
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 1.039.310,17
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 475.269,72
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 475.269,72
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-54,2707%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

## 2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b><u>Restos a Pagar Processados</u></b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b><u>Restos a Pagar Não Processados</u></b>	R\$ 4.050,00	R\$ 475.269,72	R\$ 4.050,00	R\$ 475.269,72
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 1.336.892,01	R\$ 1.336.892,01	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 7.321.845,04	R\$ 7.317.795,04	R\$ 4.050,00
<b>Total</b>	R\$ 4.050,00	R\$ 9.134.006,77	R\$ 8.658.737,05	R\$ 479.319,72

## 2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 46,64%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasso total da Prefeitura	R\$ 8.644.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 6.946,59
Despesas com folha de pagamento	R\$ 4.035.106,93
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>46,64%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 146.125.605,94
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 938.424,62
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,64%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

## 2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	101597
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 146.125.605,94
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 8.767.536,35
Total de Despesas do exercício	R\$ 7.733.146,89
Percentual Apurado	5,29%

(\*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 5,29%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

## 3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

### 3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/04/2018

Hora da Geração: 22:30:19